


## Os usos do passado para um futuro inaudito: A produção histórica das cidades do Triângulo Mineiro segundo os órgãos públicos

*The uses of the past to an unprecedented future: The historical production of Triângulo Mineiro's cities according to the public institutions*

Sandra Mara Dantas

 <https://orcid.org/0000-0001-7113-6130>  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

**Resumo:** O Triângulo Mineiro foi ocupado ao longo do século XIX com a criação de arraiais e vilas, sendo que vários foram emancipados e atualmente a região possui 35 cidades. O conhecimento da história da maioria dessas cidades se dá, inicialmente, pelas fontes oficiais como os memorialistas e as produções dos órgãos públicos – Secretarias de Educação ou Cultura. O que se observa nessas produções é uma busca por recuperar o passado de modo a ratificar ações do presente e projetos futuros. A partir do levantamento das produções específicas dos órgãos públicos municipais, detectou-se sete cidades – Canápolis, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Monte Alegre de Minas, Uberaba e Uberlândia –, com publicações (de diferentes datas) sobre a história local. Nelas, o passado da cidade é recuperado e apresentado, bem como os eventos e os personagens privilegiados e seus possíveis usos. A produção é desigual tanto na quantidade quanto no conteúdo, porém observou-se que, para além da recuperação histórica e tentativa de formação de uma versão oficial, ela é parte do trabalho de levantamento dos bens culturais para fomentar ações de valorização e educação patrimonial e pleitear maiores recursos junto às entidades de preservação do patrimônio. No exame dos textos produzidos (e divulgados) pelos órgãos públicos é latente que o passado é apresentado como referência, legitimando posições, discursos e solidificando identidades. Ele é também monumentalizado porque é tomado como instante fundador e ideal a ser restaurado para nortear as práticas dos sujeitos e grupos sociais. E a partir dessa produção, este artigo discute os modos com que o passado tem sido mobilizado para corroborar no processo de constituição de dada memória e identidade locais.

**Palavras-chaves:** Triângulo Mineiro. Produção da história. Instituições públicas.

**Abstract:** Throughout the 19<sup>th</sup> century, the Triângulo Mineiro was occupied with the creation of many villages and towns and some of them became autonomous and, nowadays, this region has 35 cities. The knowledge about the history of most of these cities occurs by official resources like the memorialists and the public institutions works – Secretariat of Education or Culture. In these works, it was noticed there is an intention to recover the past due to aiming the present action and the future projects. From the survey of the specific productions of the municipal public agencies, it found seven cities – Canápolis, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Monte Alegre de Minas, Uberaba e Uberlândia – where they did written works (on different dates) about local history. In these works, it was perceived the ways that the city's past is recovered and presented, as well as the events and the privileged characters and their possible uses. The production is unequal both in quantity and content, but it was observed that in addition to the historical recovery and attempt to form an official version, the public institutions created written works that do the historical recovery and they are part of work of cultural goods survey to encourage actions of appreciation and education of the historical heritage and request greater resources from heritage preservation entities. In examining the texts produced (and disseminated) by public agencies, it is latent that the past is presented as a reference, legitimizing positions, speeches and identities. Also, it is monumentalized because it is like a founder instant and a way which has to be recovered to drive the practice of the social subjects and groups. And from this production, this article discusses the procedures which the past has been mobilized to confirm itself in the process of making of the local memory and identity.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

**Keywords:** Triângulo Mineiro. Production of the history. Public institutions.

O Triângulo Mineiro concerne a região oeste do estado de Minas Gerais e foi ocupada ao longo do século XIX. De acordo com a divisão regional do IBGE, nos anos 1990, a porção oeste foi dividida em Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, tendo esta última 35 cidades. A maioria delas foi emancipada na segunda metade do século XX, sendo a mais antiga Uberaba (1836) e as mais jovens União de Minas e Delta (1995).

O conhecimento da história da maioria dessas cidades se dá, inicialmente, pelas fontes oficiais, como os memorialistas e as produções dos órgãos públicos. Estas últimas são realizadas pelas seções das prefeituras ou câmaras municipais, como Secretarias (Educação, Cultura, Lazer e Turismo), Conselho de Patrimônio Histórico, Fundação Cultural, Biblioteca e/ou Arquivo ou algum outro. A partir de dados considerados oficiais, essas produções – em diferentes suportes – são disponibilizadas para consulta em diversos meios de divulgação (mídias impressa, audiovisual e virtual).

Geralmente nessas produções se identificam alguns elementos comuns: o processo de ocupação; formação político-administrativa; personagens, datas e eventos considerados relevantes; a corografia e as riquezas naturais; e os dados populacionais e econômicos. Conquanto encontremos a história oficial da maior parte das cidades do Triângulo Mineiro disponível nos websites das prefeituras e/ou câmaras municipais, poucas possuem publicação impressa oficial. Outrossim, os textos online são uma tentativa de síntese histórica que privilegiam o processo de ocupação e a formação político-administrativa do município ou aquilo que poderia ser denominado de dados básicos para se conhecer, especialmente, seu processo pregresso.

Os textos disponíveis na web são assaz sintéticos e não permitem conhecimento mais apurado, sendo necessário extrapolá-los. Nas cidades, os principais locais possíveis para obtenção de melhores informações são as escolas de educação básica e os departamentos públicos (as secretarias municipais, a biblioteca, as fundações). São os últimos que se responsabilizam pela produção de materiais para divulgação e é sobre o trabalho executado por eles que este artigo dedica atenção, sendo que, após apresentados os aspectos comuns, passar-se-á para a especificidade de algumas produções e, por fim, traços singulares e coincidentes entre elas.

Das 35 cidades que compõem o Triângulo Mineiro, não se identificou produção escrita na maioria delas.<sup>1</sup> Foram levantados dados em 33 cidades e somente em 7 – Canápolis, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Monte Alegre de Minas, Uberaba e Uberlândia – foram encontrados o que aqui se denomina produção dos órgãos públicos. Isto é, as produções planejadas, custeadas e executadas por esses órgãos, por meio de seus profissionais, que, por sua vez, são também encarregados da difusão nos vários meios. Aqui se excluem as publicações assinadas por historiadores, memorialistas, literatos ou outros autores que tenham títulos próprios, mas que tenham recebido alguma parcela de apoio do poder público, seja econômica ou de divulgação.

O artigo 30, inciso IX, da Constituição Brasileira afirma que compete aos municípios “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”. Daí que o poder público municipal deve se atentar para a elaboração e implementação de políticas de educação e preservação históricas e, simultaneamente, contribuir com sua disseminação de modo que os moradores possam se reconhecer como sujeitos partícipes do processo histórico em construção. Princípio que coaduna a ideia da construção da consciência histórica proposta por Rüsen (2001).

Embora o processo de ocupação da região remeta há mais de dois séculos (LOURENÇO, 2010), a emancipação de 80% das cidades *triangulinas* ocorreu ao longo do século XX e,

---

<sup>1</sup> A pesquisa foi afetada pelas limitações impostas pela pandemia Covid-19. As cidades onde não foi possível visitas *in loco*, o corpus documental foi acessado de modo remoto, com a colaboração das equipes dos órgãos públicos das cidades que, por via online, encaminharam a documentação em formato digital.

aparentemente, a gestão pública atinente à cultura histórica demorou a se estruturar. Em algumas cidades parece não se constituir uma política digna de atenção porque nos departamentos da administração pública não se encontram projetos ou propostas relacionadas ao levantamento de documentos históricos e/ou de produção de materiais. E, mesmo em cidades mais antigas, não há produção histórica oficial dos órgãos públicos<sup>2</sup>. A mais antiga produção é de Iturama (1967) e a maioria das demais é mais recente, feita nas duas últimas décadas, e Itapagipe tem a mais recente. Das produções levantadas é pertinente ressaltar que, de algumas, só há o registro, notadamente as mais antigas, não havendo exemplar disponível para consulta. Acredita-se que haja mais cidades com produções e também outros materiais naquelas pesquisadas, no entanto, não foi possível acessá-las, seja por não estarem à disposição nos respectivos órgãos públicos, seja por estarem em poder de outras seções e/ou indivíduos, seja pelas limitações impostas pela pandemia.

É sabido que os primeiros escritos sobre as cidades são feitos pelos grupos políticos dominantes que, na busca pela emancipação, reuniram as informações que consideravam mais significativas para justificar o processo emancipatório. Obtida a autonomia político-administrativa, os registros enfatizam as transformações na paisagem física, constituindo a estrutura urbana, os melhoramentos e as edificações que demonstrem que as condições primitivas foram superadas. Outrossim, menciona-se os eventos e os nomes dos personagens que atuaram nos diversos campos (social ou político) para demonstrar as condições de desenvolvimento da localidade. Em geral, essa perspectiva é consolidada e é repassada, por gerações, como sendo a história oficial.

Tudo leva a crer que, em sua primeira entrada por estes sertões, João Pereira da Rocha apossesasse o mais que pode, isto é, quase toda esta dilatada zona de terras que se entendem entre as margens direita do rio Uberabinha e esquerda do rio das Velhas, pouco se lhe dando que passasse de sesmaria. (...) Augmentando, pois, de anno em anno a população da Freguezia, a antiga Capella ia-se tornando insufficiente, por demais acanhada, absolutamente precisada de ampliamto como de restauração. (...) Os esforços dos uberabinhenses para a elevação da freguesia à Villa foram coroados de sucesso. (...) Uberabinha, como mui simplesmente hoje é uso de se dizer, florescente e progressiva, industriosa, veiu substituir-se ao antigo arraial villa de S. Pedro. (...) Numerosos e belos edifícios, de fino gosto moderno, põem a nota alegre, cantante, pela extensão de suas ruas e pela vastidão de suas praças. (PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha*. 1922)

O excerto do memorialista Cônego Pedro Pezzuti acerca dos primeiros tempos de Uberabinha, que parecia traçar uma história ‘florescente e progressiva’ e que, a partir de 1929, tornou-se Uberlândia, atualmente, a maior cidade do Triângulo Mineiro, é exemplar. Na maioria das vezes, registros como esse são tomados como a versão oficial e deles partem a produção escrita dos órgãos públicos.

A partir do início do presente século, esse tipo de produção se intensificou e acreditamos que a criação da lei estadual 18.030/2009<sup>3</sup>, denominada Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS Patrimônio Cultural, também contribuiu para tal. A elaboração de material (impresso ou outras mídias) é uma das estratégias para atender os critérios da legislação patrimonial e receber recursos. E o que se observa é que as publicações não rompem com a narrativa oficial, em vários aspectos a reforça. O texto recupera os traços gerais do processo histórico e, em seguida, atualiza informações como dados geográficos, populacionais e econômicos, apresentação de bens culturais e aspectos do patrimônio e algumas curiosidades. A publicação do Departamento de Cultura da cidade de Monte Alegre tem essa característica:

---

<sup>2</sup> Nas cidades de Araguari, Frutal e Prata que se emanciparam no final do século XIX, não se encontrou esse tipo de produção. Nas cidades de Cascalho Rico e Indianópolis, onde o processo de ocupação se remete ao século XVIII, também não há registros.

<sup>3</sup> O programa é gerenciado pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e “estimula as ações de salvaguarda dos bens protegidos pelos municípios por meio do fortalecimento dos setores responsáveis pelo patrimônio das cidades e de seus respectivos conselhos em uma ação conjunta com as comunidades locais”. Detalhes do programa em <http://www.iepha.mg.gov.br/> Acesso em 09/07/20.

## PATRIMÔNIO CULTURAL

*“Um retrato de Monte Alegre de Minas”*

O presente livro foi elaborado pelo Departamento Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas por ocasião da 1ª. Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, realizado pelo IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

[...]

A história de Monte Alegre de Minas está relacionada às rotas das expedições que desbravaram o Triângulo Mineiro onde surgiram diversos povoados que deram origem às cidades como Araxá, Prata, Uberaba, dentre outras. Foi no município do Prata que surgiu o povoado de São Francisco das Chagas de Monte Alegre. (...) As famílias que ali se instalaram, fizeram casamentos entre seus filhos e o arraial cresceu. Segundo Eurípedes Barsanulfo Pereira, trineto de José Antônio Pereira, este veio para Monte Alegre no meio do século XIX e suas filhas Maria Carolina Pereira e Ana Constança Pereira, casaram-se com irmãos Manoel e Gonçalves Martins, ambos filhos dos fundadores do arraial. (...) Até esse período, segundo a senhora Vanda Pereira da Cunha, os vereadores não eram remunerados e pagavam multas quando não compareciam às reuniões sem dar justificativas. Todas as decisões sobre o município eram tomadas pela Câmara e para cada uma formavam-se comissões, nada era decidido isoladamente. (Prefeitura de Monte Alegre de Minas. Departamento Municipal de Cultura e Turismo. *Patrimônio Cultural*. 2009)

Parece haver um certo anseio pela criação de uma “comunidade imaginada”, no sentido atribuído por Benedict Anderson (2008), isto é, antes de ser implementada, uma comunidade precisa ser imaginada. É necessário formular modos de fraternidade, formas de consciência e sentidos; estabelecer práticas e comportamentos; criar tipos ideais (materiais e humanos) para que se alcance os fins desejados. E o texto que se apresenta, em certa medida, cumpre esse papel ao divulgar aos leitores como os pioneiros iniciaram o processo de construção da cidade e como esta prossegue alcançando novos estágios e se destacando. Os escritos são uma inspiração para novas práticas, entrelaçando passado e presente e, simultaneamente, pode apontar perspectivas.

Ao compulsar os textos, verifica-se que a produção e a divulgação dessas obras podem ter motivações diversas: celebração do aniversário ou de personalidades históricas, levantamento dos bens culturais e de proteção do patrimônio, plano municipal de gestão, propaganda turística e outros. E desde a concepção à difusão, é preciso considerar os diversos meandros, visto que não é desinteressada ou apenas entretenimento. Não há narrativa inócua. Toda narrativa constrói sentidos e as construções discursivas são uma estratégia de interpretação do mundo, de situar-se e assegurar a existência. Por isso, os textos produzidos pelos órgãos públicos são parte da narrativa que constrói não somente o passado local e o patrimônio, mas sinaliza para os moradores os modos de inserir-se e fruir a cidade.

Cada sociedade mobiliza o passado de acordo com suas demandas do presente, visto serem “ávidas de lembranças e memórias de um tempo muitas vezes idealizado como de certezas e segurança” (GUIMARÃES, 2011, p. 97). É certo que as demandas se acentuaram nas últimas décadas, período que coincide com a produção histórica dos órgãos públicos no Triângulo Mineiro, em um processo que Guimarães (2011) denomina de patrimonialização do passado, ou seja, mobilização de aspectos que sejam úteis aos requerimentos do presente e tomados como resquícios a serem preservados.

Seja como parte de celebrações, como projeto político, ou afirmação perante questionamento, o trabalho de mobilização e recorte do passado é uma estratégia importante para criar uma memória e uma consciência históricas que também validem uma identidade específica. Simultânea à criação de uma versão da história, vai se delineando a paisagem cultural que diz respeito aos modos de apropriação que a sociedade faz do espaço, tornando-o *lugar* e, também, definindo os signos, os símbolos, enfim, o patrimônio material e imaterial.

Sob a forma de escrita, as narrativas “representam o passado sob diferentes formas, tornam esse tempo pretérito condição de inteligibilidade do tempo presente” (GUIMARÃES, 2011, p. 109) e contribuem para ressignificar as representações e as práticas da população que se amparam nesses ‘restos’ para produzir a nova realidade. Tanto bens tangíveis quanto intangíveis são

reafirmados como imprescindíveis para compreender-se como sociedade e, no aspecto individual, como “filho/a” do lugar que possui uma identidade peculiar.

Folhear as publicações dos órgãos públicos é um interessante exercício porque percebemos o que foi selecionado e descrito como digno de nota. Como dito, os órgãos da administração pública das cidades são responsáveis pela cultura e/ou educação, pelo zelo pela preservação da história e da memória locais. Porém, não sendo alvo de políticas prioritárias, os órgãos vinculados à cultura trabalham com uma série de limitações, inclusive de pessoal qualificado. No entanto, como mencionado por servidores que atuam nesses órgãos (e comumente nota-se na gestão pública no Brasil), a nomeação ou indicação por razões políticas são comuns nos Arquivos e Bibliotecas Públicas, nas Casas ou Fundação de Cultura, Conselhos de Patrimônio, Museus e similares, o que compromete o trabalho de pesquisa e produção. Nas cidades maiores em que há melhor estrutura e investimento, encontra-se um material diversificado como boletins informativos, catálogos, revistas e outros. Porém, os resultados nem sempre possuem visibilidade ou são publicizados, como a dificuldade de acesso constatada na presente pesquisa.

Outro fator que pode comprometer o trabalho é a própria gestão, que em função de interesses políticos, muitas vezes, é descontinuada ao estrear ou findar o mandato político do poder executivo, substituindo a equipe ou parte dela. Assim, projetos são encerrados, outros pausados por tempo indeterminado e novos são iniciados, de acordo com as demandas do momento. Ora, a pesquisa histórica requer tempo, dedicação e relativa autonomia para que o pesquisador tenha acesso aos documentos, possa analisá-los e produzir um trabalho consistente que torne inteligível a experiência pretérita dos diferentes sujeitos. Com o resultado do trabalho em mãos, passa-se à divulgação e, no caso em apreço, a dificuldade orçamentária e/ou comprometimento político pode ser (é) um fator limitante.

De todo modo, a oportunidade de acesso a esses diferentes materiais permite uma análise não somente do conteúdo, bem como do tempo e circunstâncias da produção e de seus autores. Embora apresentem alguns elementos comuns, há peculiaridades que podem ser atribuídas ao fato de que, nas últimas décadas, ocorreu maior profissionalização dos quadros de servidores que pertencem à área de ciências humanas, especialmente, historiadores.

## **As produções das cidades**

Como dito, dentre as cidades do Triângulo Mineiro, somente nas cidades de Canápolis, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Monte Alegre de Minas, Uberaba e Uberlândia foi encontrado material impresso dos órgãos públicos. Não se descarta a existência de outro tanto nas cidades analisadas quanto em outras, no entanto, não foi facultado à pesquisa e consulta pelas razões já expostas.

A produção dos órgãos públicos de Uberaba é intensa desde a década de 1980, quando o poder executivo criou a Fundação Cultural e o Arquivo Público (APU). As manifestações culturais – Congado, capoeira, Folia de Reis, Carnaval, festejos religiosos –, os personagens políticos ou de destaque social, os aspectos do desenvolvimento econômico, a atuação da imprensa, a edição de estudos temáticos e parcerias com projetos educacionais e a realização de eventos e mostras são parte das atividades desenvolvidas, tanto pelo APU quanto pela Fundação Cultural, que redundam em uma produção variada e disponibilizada em formato impresso e virtual. E, por certo tempo, o APU foi uma autarquia com gestão orçamentária própria e relativa autonomia, o que contribuiu para compreender o significativo número de publicações sobre a história local<sup>4</sup>. Embora nas últimas

---

<sup>4</sup> Nos anos 1990, o Arquivo Público de Uberaba desenvolveu o *Projeto Kayapônia* que consistia em uma atividade de assessoria técnica para os órgãos públicos de cultura das cidades do Triângulo Mineiro. Pelo projeto, profissionais foram treinados como parte do esforço de formação e preservação do patrimônio documental em várias cidades. No acervo do APU constam esboços de diversos projetos planejados e levantamentos de dados históricos de algumas cidades, especialmente das mais jovens.

décadas tenha mudado o viés político, a produção ainda é considerável. Contabiliza-se dezenas de publicações de diversos formatos e tamanhos: boletins, folders, guias, anais, catálogos, álbuns comemorativos, livretos, livros eletrônicos (*ebook*)<sup>5</sup> e um blog, atualizado frequentemente.

As produções carregam consigo muitos traços de sua época e dos envolvidos direta e indiretamente. Na leitura do material produzido nos anos 1980/90, percebe-se uma preocupação em contextualizar e problematizar os temas. Os textos dos Catálogos Históricos (anos 1986/87) têm certa preocupação analítica e crítica que extrapola o relato do fato. E, à medida que algumas discussões ocupam o espaço social, também adquirem destaque em publicação como o folder *20 de novembro: Dia Nacional da Consciência Negra*, editado em 2009. Em uma cidade que no século XIX teve um significativo plantel de negros escravizados, possui uma rica documentação a respeito do tema e é marcada pela presença de negros no corpo social e na cultura local, a publicação é pertinente. Ela permite discutir não somente o passado escravo, bem como suscitar o debate acerca de temas como o racismo, a participação do negro no mercado de trabalho, sua inserção social e outros.

Ao lado das publicações de caráter mais reflexivo, encontram-se outras cujo foco está na descrição de determinado processo ou personagens, notadamente os políticos. Recorrente dentre as produções dos órgãos públicos, esse tipo é denotativo de um tipo de administração preocupada em legar uma memória positiva porque os créditos não são contados para a instituição mas para o personagem destacado. A publicação *Administração Municipal em Uberaba: de Capitão Domingos a Anderson Aduato* é exemplar. Com 87 páginas, recupera os 54 homens que governaram desde 1837 a 2011, destacando aspectos biográficos e ações do administrador do poder executivo. Ao redigir a apresentação, o prefeito da época, Anderson Aduato, afirma:

Olhando as fotos de ex-prefeitos no saguão do Centro Administrativo Municipal nasceu a curiosidade de conhecer mais a história de cada um daqueles que um dia estiveram à frente da Prefeitura de Uberaba. Cada um deles, com certeza, cravou em nossa história a sua contribuição da cidade que aí está hoje. Além de estarmos preservando a memória, podemos buscar exemplos de coragem e determinação no modo de cada um administrar, desde Capitão Domingos aos dias de hoje. Este livro é apenas mais uma contribuição deste Governo com a nossa memória. (ADAUTO, 2011, p. 7)

Ao ser contemplado na produção, o prefeito, que sugeriu a pesquisa, tem suas ações registradas e assegura uma memória positiva. O aparente altruísmo é mera formalidade; não é “apenas mais uma contribuição”, é um ato deliberado de forjar uma memória coletiva e coaduna com a afirmação de Sandra Doner:

O uso político da História está ligado às comemorações, mas também pode ser encontrado no prestígio alcançado pelas prefeituras ao patrocinarem livros sobre história da região e de como colocavam-se (nos prefácios, ou artigos) como “guardiões” dessa memória que estava por ser perdida. (DONER, 2012, p.75)

O livro é um “guardião” no sentido de possuir uma materialidade que obstaculiza o esquecimento, por trazer à baila os nomes e feitos daqueles que governaram a cidade. Ele é um “lugar de memória” conforme expressão de Pierre Nora (1993), no qual se refugia aquilo que pode ser rememorado – e as comemorações são instantes propícios para tal -, e a mais recente publicação do APU é exemplar. A ocupação do território remonta ao início do século XIX, porém, somente em 1820 Uberaba foi reconhecida como freguesia, o que assegurou autonomia em assuntos de ordem civil e religiosa com a construção de uma matriz. E para celebrar esse

---

<sup>5</sup> Os *ebooks* são um conjunto diversificado de publicações digitais e extrapolam a produção própria do APU. São 15 títulos publicados e constituem compilações de documentos históricos (almanaques e revistas), catálogo e guia, reedição de publicações pretéritas e livros. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,42628>. Acesso em: 09/09/20.

bicentenário, a última publicação – *Uberaba 200 anos no coração do Brasil* – é uma coletânea de textos de autores de matizes diversos que compreendem temas e instantes dessa trajetória. Volumoso, 794 páginas, é a maior publicação já realizada e parece atuar como fator aglutinador que pode reforçar sentimentos e memórias e colaborar (ou não) para manter o consenso social e evitar conflitos, bem como incitar a reflexão histórica acerca do processo (POLLAK, 1989).

Tradicionalmente, diz-se que na língua caiapó Iturama (*yty-terama*) significa “região das quedas d’água”, nome da cidade que foi emancipada em 1948, mas cuja formação de povoado reporta a 1897. Localizada no extremo (ou pontal) do Triângulo Mineiro, conta com população aproximada de 40.000 habitantes e, desde o início do presente século, diz-se que tem carreado boas expectativas de crescimento econômico e social. Esse relativo ânimo se deve à instalação de um *campus* da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), uma usina sucroalcooleira e o afluxo de novos habitantes e interessados no comércio e serviços. E, no tocante às ações para conhecimento da história local, a Secretaria de Cultura possui o encarte “*Histórico do Município de Iturama-MG, Pérola do Triângulo*”, que é disponibilizado em formato digital, no site da prefeitura.

O material é o mais divulgado e foi elaborado a partir de diferentes fontes: entrevistas com moradores idosos, boletins e informativos da própria administração produzidos em datas anteriores, documentos cartoriais e fotos antigas e recentes. São abordadas as formações político-administrativas do povoado; os aspectos demográficos, econômicos e religiosos; os dados recentes dos serviços de educação, de comunicação, de transporte, de saúde e de cultura. Quanto ao último, dedica-se atenção às principais manifestações culturais da cidade.

Afirma-se que o município necessita “preservar a memória e a cultura da comunidade, garantindo a efetividade das ações de gestão nos bens culturais, formando, assim, uma rede de proteção” (p. 59) e, para tanto, urge a criação de um órgão que promova a salvaguarda dos bens culturais com a criação de uma legislação própria. Pelo exposto, parece não haver uma regulamentação para a preservação do patrimônio local, o que está diretamente relacionada à história e à memória. Por outro lado, o funcionamento da Casa da Memória Professora Aldeni Janones, que mantém um acervo de documentos, móveis e fotografias, é um indicativo da preocupação com a preservação e divulgação da história de Iturama.

Interessante observar que em períodos anteriores, não necessariamente consecutivos (1968, 1970, 1992, 1998, 2005, 2019), a Prefeitura, pelos seus órgãos, produziu materiais que apresentavam os diversos dados do município. Por ocasião das celebrações do aniversário da cidade ou divulgação dos serviços e ações das secretarias municipais, há um registro que também revela uma preocupação com a criação de uma memória sobre aquele tempo específico. Assim, vai-se criando e consolidando uma imagem e um discurso pelos quais a sociedade interpreta as ações pretéritas e a si mesma, na contemporaneidade.

Uberlândia é a maior cidade do Triângulo Mineiro (cerca de 700.000 habitantes) e foi emancipada no final do século XIX. Sua história é contada sob diferentes nuances e perspectivas. Há farta produção bibliográfica na área de ciências humanas, mais de uma dezena de livros de memorialistas, periódicos vinculados a grupos sociais e econômicos, obras literárias, mas pouca publicação dos órgãos públicos. Na verdade, a Secretaria de Cultura e seus departamentos<sup>6</sup> realizam inúmeros eventos de incentivo à cultura histórica do município e preservação de seu patrimônio, ao passo que a produção impressa disponível se limita a duas cartilhas, publicadas na última década.

Criados na década de 1980, destacam-se o Arquivo Público, o Museu Municipal e a Casa da Cultura como os principais órgãos responsáveis pela preservação e divulgação da história e

---

<sup>6</sup> Da estrutura dessa Secretaria destacam-se os órgãos que estão diretamente associados à cultura histórica: Museu Municipal, Arquivo Público, Bibliotecas, Casa da Cultura, Centro Municipal de Cultura, Espaço Cultural do Mercado, Oficina Cultural, Galerias de Arte e Teatros. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura/> Acesso em: 11/09/20.

patrimônio locais. No primeiro, há considerável documentação histórica disponível e, “além desta documentação, mantém sob sua custódia importantes coleções constituídas por documentos iconográficos, cartográficos, manuscritos, jornais, fotografias e revistas sobre a cidade, provenientes de instituições ou de particulares”<sup>7</sup>. O segundo abriga um acervo de documentos e objetos para o desenvolvimento de ações educativas sobre o cotidiano dos uberlandenses de antanho. A Casa da Cultura é um espaço dedicado ao fomento de projetos culturais. Nesses órgãos atuam profissionais de diferentes formações; muitos são servidores de carreira e há aqueles que são nomeados de acordo com os interesses da administração municipal, que pode mudar de tendência política a cada eleição, o que, como afirmamos anteriormente, interfere no desenvolvimento dos projetos e atividades. As dificuldades de ação não são distintas daquelas de cidades menores, e projetos de incentivo à produção histórica, muitas vezes, podem não ser concluídos.

As cartilhas produzidas abordam especificamente o patrimônio histórico. Da parceria entre a Secretaria de Cultura e a Universidade Federal de Uberlândia nasceu a cartilha “*Patrimônio Cultural – Que bicho é esse?*”, publicada, primeiramente, em 2007, com nova edição em 2010 e reformulada e ampliada em 2014. Redigida por três historiadoras em linguagem fluida, com várias ilustrações e sugestões de atividades, é direcionada ao trabalho de educação patrimonial, “a fim de se consolidar como material de referência para que professores, alunos e comunidade em geral possam usufruir de seu conteúdo, experimentando ações que valorizem a informação/formação como dimensão necessária à defesa e preservação dos bens materiais e imateriais” (MACEDO et al. 2014, p. 4). O texto é atrativo e trata, inicialmente, dos conceitos fundamentais à noção de patrimônio. Feito isso, as autoras apresentam os órgãos responsáveis pelo patrimônio no país, os aspectos gerais da legislação pertinente, uma breve síntese histórica da cidade e os bens patrimoniais, majoritariamente os arquitetônicos.

A cartilha “*Uberlândia, lugares e memórias*” foi elaborada pelo Arquivo Público, em 2017, com o objetivo de:

divulgar o patrimônio documental que está sob a guarda do Arquivo Público de Uberlândia, bem como a história da cidade, por meio de registros fotográficos e depoimentos de cidadãos e cidadãs que participaram efetivamente da sua construção, seja o pedreiro, o empresário, a servente escolar e o farmacêutico, dentre outros. (ArPU, 2017, p. 34)

O propósito apresentado cumpre-se em páginas aprazíveis em que fotografias e depoimentos se complementam. Diferentes tempos e espaços são enfocados e, simultânea à utilização da documentação primária existente no Arquivo Público, são utilizadas citações de trabalhos acadêmicos, que, por sua vez, valeram-se daquela documentação. Ou seja, há uma dupla divulgação. Igualmente, ressalte-se que os sujeitos são plurais, mas seus depoimentos versam sobre espaços tradicionalmente reconhecidos e consolidados como significativos na memória local.

Assim como Uberlândia, Monte Alegre de Minas é uma das mais antigas da região, pois sua emancipação ocorreu no final do século XIX (1880). Atualmente, tem cerca de 20.000 habitantes e, de acordo com o organograma da administração municipal, cabe ao Departamento de Cultura e Turismo fomentar políticas e atividades de preservação histórica. Eventos e oficinas para a comunidade são as principais atividades desenvolvidas e estão relacionados ao Programa ICMS Patrimônio Cultural. Os últimos 20 anos foram voltados para o trabalho de levantamento, inventariado, registro e tombamento de bens patrimoniais, o que redundou na produção de duas cartilhas.

A primeira é “*Um retrato de Monte Alegre de Minas*”, produzida em 2009 por ocasião da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural. Sua estrutura não difere das demais produções desse gênero (síntese histórica, características econômicas e sociais e símbolos locais). A maior parte é

---

<sup>7</sup> <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura/arquivo-publico/> Acesso em: 11/09/2020.



dedicada à apresentação dos bens patrimoniais da cidade com seu resumo histórico, fotografia e processo de registro ou tombamento. A intenção é explicitada logo a princípio:

Possibilitar aos estudantes locais, uma fonte de informações sobre a cultura de Monte Alegre de Minas. Por outro lado, pretendemos, com este trabalho, garantir aos professores da cidade, mais um recurso didático e histórico para desenvolverem, em sala de aula, trabalhos que envolvam o Patrimônio Histórico de Monte Alegre de Minas e assim, trabalhar com mais fontes de pesquisa, além de auxiliar-los [sic] no Projeto de Educação Patrimonial em parceria com o Departamento de Cultura e Turismo. (2009, p. 10)

A segunda cartilha, “*Considerações gerais sobre a Retirada de Laguna e o Monumento aos heroicos Retirantes de Laguna*”, de 2012, é bastante detalhada. Após descrever a ação do exército brasileiro na Guerra do Paraguai, privilegia o evento de Laguna, ressaltando o caráter bravio e heroico dos soldados. É a aceitação da versão oficial que trata o evento como retirada, um eufemismo diante da flagrante derrota, quando metade dos soldados foram mortos, seja em combate, por doenças (tifo e cólera), ou fome. Crê-se que cerca de trezentos homens estiveram abrigados por alguns dias em Monte Alegre de Minas, sendo que cinco deles ali morreram e, por gerações, contou-se dos ‘heroicos retirantes’ que por ali passaram. Segundo a narrativa, somente em 1967 foram construídos o cemitério e o monumento e, em seguida, uma série de ações para rememorar o feito. A maior parte do texto é um compêndio dos materiais produzidos pelo memorialista local, Alair Guimarães, constituído por documentos, ofícios diversos, relatórios técnicos que foram parte do trabalho de petição para tombamento do monumento. Também são arroladas fotografias do processo de revitalização e dos projetos de educação patrimonial desenvolvidos com a comunidade.

Nos dois escritos, a ênfase recai sobre o patrimônio local. A síntese histórica é feita para fundamentar a defesa de preservação de um patrimônio (material e imaterial) que é selecionado dentre outras possibilidades e apresentado como coletivo e que caracteriza a cidade e seus moradores. É bom considerar que toda seleção atende a critérios estabelecidos por aquele que a faz, a fim de atender interesses ou redundar em benefícios. E, ao serem direcionadas para a educação patrimonial, as cartilhas corroboram no processo de formação e consolidação de uma memória e uma identidade locais. Ao serem apropriados pela comunidade se revestem de sentidos e, daí, desencadeiam práticas sociais e discursivas que asseguram a preservação dos bens patrimoniais inventariados, tombados e/ou registrados.

Em ambas as produções, observa-se o privilégio do monumento Retirantes da Laguna como parte da história local. Ao distingui-lo, haveria uma tentativa de relacionar a história local com a história da nação? Uma pequena cidade no interior de Minas Gerais, de aspecto pacato, poderia se orgulhar de ter participado, ainda que de modo indireto, de um evento de grande monta na história nacional. É uma conjectura, porém, aqui se destaca um recorte do passado como uma construção discursiva útil de acordo com demandas contemporâneas, isto é, parte do processo de patrimonialização. No texto não se encontra uma problematização do evento Retirada da Laguna, antes há um destaque para criar um dado e sobre ele construir sentidos. O evento só adquiriu importância na cidade após um século e, ainda assim, os soldados que passaram (e os que morreram) pela cidade são anônimos, não obstante sejam heroicizados. Por fim, é preciso destacar que ambas as produções ocorreram numa gestão pública que parece possuir uma equipe alinhada às preocupações com a cultura e que, a partir das demandas existentes, buscou fomentar práticas que fortalecessem uma cultura histórica.

O livreto *Histórico do Município de Canápolis* foi produzido pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de Canápolis em 2007, por ocasião da celebração dos 59 anos de emancipação da cidade. Em 10 páginas são brevemente descritos os primeiros instantes do povoado, as mudanças na paisagem, a emancipação, a implantação de infraestrutura e serviços urbanos. O objetivo central afigura ser a divulgação do desenvolvimento da cidade na segunda metade do século XX,

especialmente a partir da década de 1960 quando, segundo se lê, “foi uma explosão de modernidade para a cidade” (p. 6). Essa ‘modernidade’ diz respeito à implantação de serviços como telefonia e energia elétrica e ao aumento populacional. Além do texto, são utilizadas imagens de caráter ilustrativo de diferentes instantes do município.

Não há apresentação, fontes de informação/pesquisa ou edição. É intrigante que seja o principal meio de informação sobre a história local fornecido pela Secretaria de Cultura. A cidade que se apresenta está em processo de construção, mas seus sujeitos não aparecem e, com exceção do fazendeiro “fundador” e os religiosos franciscanos, não há outros em destaque. A versão da história se torna desinteressante porque, aparentemente, não há outra possibilidade que não aquela apresentada. E considerando que o uso de certos elementos do passado é intencional, podemos inferir que, até o momento da produção, a Canápolis que se desprende dos órgãos públicos se escuda no que já foi construído. O futuro está por fazer a partir do exemplo do passado.

Vários aspectos da história de Itapagipe são contados em seu *Plano Municipal de Cultura e Inventário Turístico*, elaborado e continuamente reformulado, visto que a cidade participa do Programa ICMS Patrimônio Cultural. A versão mais atualizada está em fase final de elaboração e é por ela que a administração divulga a cidade. Seu conteúdo descreve os dados atualizados do município (população, economia, administração executiva e legislativa e infraestrutura), o histórico da ocupação a emancipação, a “evolução” política e econômica, as principais manifestações culturais e símbolos locais. É um trabalho em construção, basicamente descritivo, e não se observa uma trajetória a ser validada. A construção é feita a partir da fonte tradicional que é o livro da memorialista local, entrevistas com moradores mais velhos e personagens de destaque político. Não há preocupação com personagens específicos, a cidade é o centro da narrativa e é destacada a estrutura construída, o que é compreensível por se tratar de um documento que privilegia os pontos de potencial patrimonial e/ou turístico.

Para conhecer uma versão oficial da história de Limeira do Oeste não se encontrou um trabalho histórico, propriamente, mas um técnico, o *Plano de Inventário de Limeira do Oeste*. Consta que seu objetivo “é fazer um rastreamento dos bens culturais de relevância do Município e subsidiar o Poder Público, o Conselho Municipal e outros órgãos no conhecimento, pesquisa, proteção de bens culturais e ajudar na Educação Patrimonial”. Formulado pela Secretaria Municipal de Cultura (2010), descreve os dados de localização e de informações gerais, relação e fotos dos bens inventariados, aspectos históricos e manifestações culturais. Admite-se que o município e sua população são pequenos (cerca de 7.000 habitantes) e recebem influências de outras cidades mais antigas e, pela proximidade com os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, considera importante envolver toda a comunidade e “resguardar toda essa variedade cultural que identifica [a localidade]” (p.15). Os critérios adotados para definir os bens culturais é sua antiguidade, isto é, sua construção ou manifestação desde o processo de ocupação que se reporta ao final da década de 1960. “Não são bens que estão em risco de desaparecimento, mas são o marco inicial” (p. 16). É uma das mais jovens cidades triangulinas, emancipada na década de 1990 e, não tendo a preocupação com o risco de desaparecimento dos bens patrimoniais, ressalta-se os marcos. Afigura-se um modo de a comunidade considerar o espaço inicial que, nesse caso, é bastante recente e compõe seu cotidiano de maneira viva. E, à medida em que o espaço é correntemente construído pelas práticas dos sujeitos sociais, ele vai sendo concebido e transformado segundo os significados que lhe são atribuídos. Então, adquire identidade específica, torna-se lugar e nele é possível perceber os diferentes vestígios de outras épocas.

Ainda que não seja um trabalho de reconstituição histórica do município, na escrita do *Plano de Inventário* foram utilizadas fontes como entrevistas com moradores antigos e produções anteriores da Secretaria de Cultura que não estavam disponíveis para consulta. O documento em apreço parece ser uma atualização de um anterior (2004) e que atende a uma deliberação normativa do IEPHA-MG (Lei 18.030/2009) que requeria a apresentação do trabalho e da equipe responsável

pelas ações de levantamento e preservação do patrimônio local. Mesmo dadas suas limitações, ponderamos que é um instrumento que, conforme seja apropriado, pode encorajar modos de pensar, não somente o patrimônio, mas os modos de os sujeitos inserirem-se como cidadãos pertencentes ao lugar. Embora não tenha encontrado a produção de 1996, intitulada *Limeira do Oeste em dados*, parece ser significativo comentar que, realizado quatro anos após a emancipação, o *Plano de Inventário* demonstra que a então administração pública estava atenta à criação de uma memória histórica.

### **Por fim, algumas ponderações**

Das dezenas de cidades *triangulinas*, somente em sete foram disponibilizadas produções dos órgãos públicos. Ainda que se admita a existência de outras produções dos órgãos públicos, aqui se privilegiou apenas essas, e, dentre as trabalhadas, perceberam-se sensíveis diferenças na quantidade e qualidade do material. Realizadas em ocasiões diversas como celebrações, demandas por projetos políticos e propaganda, não apresentam novidades sobre a história local; na verdade, ao realizarem uma síntese, atualizam dados que apareceram em outras ocasiões. Têm um caráter propedêutico para o leitor (especializado ou não) com uma leitura direcionada *para o que e como* a cidade deve ser lida e apreendida. Em sua maioria, são narrativas que não desvelam as contradições e privilegiam os aspectos positivos. No entanto, há aquelas que permitem entrever uma cidade multifacetada e atravessada por discursos e memórias em disputa.

A cidade com maior (e diversificada) produção é Uberaba e, em Canápolis, está a produção mais condensada. A quantidade de produção também não está relacionada ao tamanho ou idade do município, haja vista que em Iturama e Limeira do Oeste encontrou-se mais material que em Uberlândia, a maior cidade da região. A despeito das similaridades (perspectiva cronológica, a recuperação do passado a partir dos relatos deixados pelos ditos “pioneiros” e o uso de imagens e dados), há singularidades porque nem todas são produções com vistas à divulgação histórica. A educação patrimonial é o cerne das produções em Monte Alegre de Minas e Uberlândia; em Uberaba encontram-se tópicos especiais como a escravidão, as manifestações culturais, a imprensa; e, por fim, em Itapagipe e Limeira do Oeste foram as demandas “técnicas” que ensejaram a elaboração.

Em certa medida, é perceptível um anseio em formar uma consciência de modo a orientar a vida e suas práticas; e aqui a discussão proposta por Rüsen sobre a consciência histórica é válida porque “as carências de orientação no tempo são transformadas em interesses precisos” (2001, p. 31). Assim, recuperam-se “restos de passado” que atendem aos reclames e estes vão compondo um mosaico que confere sentidos às experiências dos sujeitos sociais e os auxilia a interpretar seu mundo social e avançarem, assegurando que uma dada perspectiva seja resguardada.

Os diversos órgãos públicos têm um papel importante nesse processo. As secretarias municipais, os conselhos de patrimônio, as autarquias e outros setores atuam como agentes que corroboram na formação de uma consciência e uma cultura históricas. Não são onipotentes porque atuam junto a outros agentes, mas é inegável seu papel. A realização de eventos e atividades culturais com a comunidade, a produção e divulgação de material de diferentes formatos e suportes, o apoio concedido a instituições e sujeitos são parte de estratégias que, paulatinamente, vão formulando uma paisagem cultural, uma dada construção discursiva sobre a história local, um imaginário social que consolida uma memória e identidade coletivas.

Ao contrário de, usualmente, apresentarem uma versão unívoca do processo histórico, podemos depreender desses trabalhos uma história plural porque, nas suas injunções, a necessidade de reafirmar a versão tradicional é um modo de tentar aplacar outras versões que desejam ser incluídas e que, teimosamente, querem se fazer conhecidas. Também há o temor do esquecimento. Por isso, é preciso reafirmá-las e trazê-las à memória para que os novos sujeitos e gerações possam conhecer e valorizar o que fora construído.

O passado é utilizado para orientar ações e é patrimonializado quando serve para adjetivar determinados bens culturais de modo a fomentar ações de valorização e educação patrimonial, pleitear recursos junto às entidades de preservação do patrimônio, ratificar projetos políticos e sociais, convencer oposições e despertar esperanças inauditas. Há uma conexão em que passado e futuro estão entrelaçados (ainda que de modo desigual). A produção dos órgãos públicos se ampara no que fora produzido e, simultaneamente, aponta expectativas, e nesse movimento vai se (re)construindo a história ideal e real da cidade, tanto de seus bens tangíveis (aí incluídos seus sujeitos) como os intangíveis e as sensibilidades.

Quanto ao uso dessas produções, é temerário afirmar que são apenas instrumentos dos grupos políticos que controlavam a administração pública durante o período em que foram elaboradas. A recepção nunca é passiva. Por isso, tantos os membros da comunidade como aqueles que dela se apropriam podem fazer diferentes usos. É pela consciência histórica que se buscará orientações práticas para a vida na urbe e isso é realizado continuamente.

## Fontes

Arquivo Público de Uberaba. *Administração pública em Uberaba: de Capitão Domingos a Anderson Adauto*. (2011)

Arquivo Público de Uberaba. *Boletim Informativo*. n. 1-18. (2000-2018).

Arquivo Público de Uberaba. *Catálogo Histórico*. (1986-1988)

Arquivo Público de Uberaba. *Uberaba: 200 anos no coração do Brasil* (2020).

Arquivo Público de Uberlândia. *Uberlândia – lugares e memórias* (2017).

Casa de Cultura de Canápolis. *Histórico do Município de Canápolis*. s/d.

MENDONÇA, ALAOR GUIMARÃES: *Monumento aos Heróicos Retirantes de Laguna*. Publicação da Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas. (1984)

PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha*. Typ. Kosmos. (1922)

Prefeitura Municipal de Iturama. *Revista Comemorativa. Assim é Iturama*. (1967)

Prefeitura de Iturama. Setor de Patrimônio Cultural. *Histórico de Iturama: Pérola do Pontal*. (2019)

Prefeitura de Monte Alegre. Departamento de Cultura. *Retirada da Laguna*. (2012)

Prefeitura de Monte Alegre. Departamento Municipal de Cultura e Turismo. *Patrimônio Cultural. Um retrato de Monte Alegre de Minas*. (2009)

Prefeitura Municipal de Itapagipe. Plano municipal de Cultura. *Inventário Turístico*. (2020).

Prefeitura Municipal de Iturama. *Cinquentenário de Emancipação Política*. (1998)

Prefeitura Municipal de Iturama. *Iturama Ilustrada*. (1992)

Prefeitura Municipal de Iturama. *Iturama. 108 anos de história e 57 anos de emancipação*. (2005)

Prefeitura Municipal de Iturama. *Município de Iturama*. (1970)

Prefeitura Municipal de Iturama. *Revista comemorativa – 22º aniversário de Iturama*. (1970)

Prefeitura Municipal de Iturama. *Revista Comemorativa. Assim é Iturama*. (1967)

Prefeitura Municipal de Uberaba. *Uma vida, uma história*. (Personalidades locais) 2 vol. Uberaba. (1988)

Prefeitura de Limeira do Oeste. Secretaria Municipal de Cultura. *Plano de Inventário de Limeira do Oeste*. (2004)

Prefeitura de Limeira do Oeste. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Limeira do Oeste em dados*. (1996)

Prefeitura de Limeira do Oeste. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Limeira do Oeste. História, Cultura e Arte de um povo*. s/d.

Prefeitura de Uberlândia. Secretaria Municipal de Cultura/Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico. *Patrimônio Cultural – Que bicho é esse?* (2014)

## Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

GUIMARÃES, Manoel L. S. História, memória e patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 34, 2011. p. 91-111. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso em: 14/09/20/2011

LOURENÇO, Luís Augusto B. *O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)*. Uberlândia: Edufu, 2010.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 28/09/20.

POLLAK, Michael. Memória. Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, p. 3-15, 1989.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

## Nota de autoria

Sandra Mara Dantas é docente do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Bacharel, licenciada e mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia; doutora em História Social pela Unesp/Franca e pós-doc na University of Limerick (IRE). Tem experiência como docente nos diferentes níveis de ensino e na área de história, com ênfase Teoria da História e História do Brasil, República. E-mail: sandramdantas@hotmail.com.

## Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

DANTAS, Sandra Mara. Os usos do passado para um futuro inaudito: A produção histórica das cidades do Triângulo Mineiro segundo os órgãos públicos. *Sæculum – Revista de História*, v. 26, n. 44, p. 30-43, 2021.

## Contribuição de autoria

Não se aplica.

## Financiamento

Não se aplica.

**Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica.

**Aprovação de comitê de ética em pesquisa**

Não se aplica.

**Licença de uso**

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

**Histórico**

Recebido em 13/02/2021.

Modificações solicitadas em 09/04/2021.

Aprovado em 12/05/2021.